

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

Bernardo Sorj, sociólogo, é professor titular de Sociologia da UFRJ (ap.), diretor da Plataforma Democrática e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Procuramos neste texto explorar o porquê do sucesso das teorias conspiratórias. Entendemos que ele se sustenta em três pilares: 1) na tendência a pensar que por trás dos eventos existe uma **intencionalidade**, 2) a produção de **narrativas** que identificam esta intencionalidade em forças ocultas malignas, 3) um **contexto social** que predispõe os indivíduos a acreditarem em teorias conspiratórias e a se sentirem empoderados por meio delas.

Intencionalidade

Teorias conspiratórias se alicerçam em uma característica que acompanha o pensamento humano desde tempos imemoriais: a explicação dos acontecimentos mais variados como produto de intenções. Como nosso agir é intencional, frente aos mais diversos eventos procuramos a **causa** em algum tipo de intencionalidade.

No passado, quando algo acontecia sem que a intencionalidade pudesse ser identificada, ela era projetada em forças invisíveis com poderes extraordinários. Assim, acontecimentos que não são produto

de nossa intencionalidade — como a morte, os desastres naturais, as doenças, as epidemias — ou que simplesmente existem — como o universo e as forças da natureza — eram creditados à vontade de espíritos e deuses.

A intencionalidade, portanto, é uma forma de explicar os eventos, mas não necessariamente assume a forma de teorias conspiratórias. Pelo contrário, em muitas religiões a intencionalidade estava presente para explicar acontecimentos negativos ou positivos, seja como castigo dos deuses pela conduta errada de indivíduos ou comunidades, ou como recompensa. Frente a eles eram celebrados os mais diversos ritos e cerimônias para apaziguar ou agradecer os espíritos e os deuses, que podiam incluir sacrifícios. Até os dias de hoje a noção de “castigo divino” continua a ser usada por líderes religiosos e no cotidiano das pessoas.

Conspirações e teorias conspiratórias

Com a formação de reinos — com ocupantes vitalícios do cargo e, portanto, sem mecanismos institucionais para serem depostos nem espaço público para discutir e criticar livremente —, a luta pelo poder se dava de forma clandestina. Surgem os complôs e as conspirações para mudar a ordem estabelecida. Muitas vezes verídicos, mas também frequentemente imaginados para justificar a eliminação de figuras indesejadas, seja pelo rei, seja pelos grupos em luta por influência na corte. A história política das monarquias é a de conspirações constantes, com os detentores do poder em permanente paranoia de serem defenestrados¹ por irmãos, primos, outros membros da nobreza ou líderes guerreiros.

Na luta política, a disseminação de teorias conspiratórias — na forma de boatos disseminados — passou a ser uma arma amplamente

1. Da palavra janela (fenestra) no Latim moderno, significando jogar alguém pela janela.

utilizada. Alguns exemplos de teorias conspiratórias voltadas a tornar a população contra alguém poderoso incluem os rumores difundidos pelo Senado Romano de que Júlio Cesar pretendia coroar como monarca seu filho com Cleópatra (uma “estrangeira”), ou os boatos durante o reinado de Luís XVI de que a princesa Maria Antonieta (outra “estrangeira”) estava a serviço da Inglaterra ou da Áustria. A primeira, difícil de conferir, a segunda, uma mentira.

Surge a figura do “bode expiatório”, indivíduos ou grupos que são responsabilizados pelos males da sociedade. No lugar do bode sacrificado no altar, um grupo apontado como um “corpo estranho” passa a ser responsabilizado pelos mais diversos acontecimentos negativos, desde cataclismos naturais até sociais, que acabariam se aquele grupo fosse eliminado.

Por exemplo, os judeus foram culpados pela Peste Negra na Europa medieval, que dizimou uma parte considerável da população e resultou em massacres e expulsões dos “responsáveis”. Destino similar foi sofrido por outras minorias, como os ciganos ou as mulheres condenadas à morte por bruxaria.

O fim das conspirações?

Somos produtos de um curto período da história, onde o advento da democracia e da ciência pareciam indicar o início de uma nova época. A democracia, ao criar tanto mecanismos institucionais para mudar os governos de forma pacífica como um espaço público onde cidadãos podem se expressar abertamente e se informar por meio de um sistema jornalístico plural e responsável, teria retirado as razões de existir das teorias conspiratórias.

Mas foi, sobretudo, a ciência moderna que eliminou a intencionalidade como explicação da ordem das coisas. O modelo de pensar científico, inicialmente referido ao mundo físico, apresentava o universo

como uma grande maquinaria orientada por leis imutáveis. Um mundo previsível, quantificável, onde os mesmos efeitos produzem os mesmos resultados. O único resquício de intencionalidade que ficava em aberto se referia à existência ou não de um criador inicial do engenho.

A passagem do mundo físico aos mundos químico, biológico, social e psicológico manteve, pelo menos como ideal, os objetivos da teoria física. Isto é, identificar os fatores, independentemente das intenções conscientes, que determinam que as coisas aconteçam, quando possível apresentando os resultados em modelos formais e quantificáveis.

As teorias conspiratórias nos tempos modernos

Começemos pelo óbvio. Conspirações, num sentido lato, de grupos agindo de forma não transparente, são parte do cotidiano não somente da vida política, como de todas as instâncias da vida social. Indivíduos e grupos em sociedades complexas nem sempre têm interesse em dar publicidade às suas intenções.

Nos tempos modernos, o que as teorias conspiratórias buscam fazer é transformar as conspirações na chave de compreensão de tudo o que acontece na sociedade. Isto é, assumem a forma de **ideologias políticas**. Um caso exemplar foi o texto antisemita “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, que canalizou o antissemitismo disseminado pela Igreja Católica na Idade Média para transformá-lo em uma explicação de como os judeus (e os maçons) agiriam para destruir a civilização ocidental e dominar o mundo.

As teorias conspiratórias atualmente em voga se utilizam tanto de atores empíricos discerníveis (por exemplo, “os estrangeiros”, empresários e empresas poderosas, partidos políticos ou governantes), como de entidades evocativas do mal (o “globalismo”, a “ideologia de gênero”, a “corrupção”, o “imperialismo”), aos quais são atribuídos objetivos sistêmicos e poderes magnificados. Eles agiriam nas sombras,

usando recursos econômicos, políticos e/ou culturais, para corromper a sociedade e impor seus interesses.

O que as teorias conspiratórias fazem é transformar conspirações em explicações maniqueístas englobantes, criando elos de causalidade entre um sujeito identificado como sendo o conspirador e os males sociais (derrotas militares, problemas socioeconômicos, mudanças culturais). Esses elos são suposições que funcionam pela lógica da suspeita.

Por exemplo, se uma empresa se beneficia com a produção de uma nova vacina, então deve ter sido ela que criou a doença. Se o vírus foi identificado pela primeira vez na China, ele foi criado pelo governo chinês para colocar microchips nas vacinas.

Às vezes a relação é mais oblíqua. Se Lula foi escolhido presidente depois de FHC, então eles estavam mancomunados. Se alguém tem relações familiares com um personagem corrupto ou participou de uma festa onde ele estava presente, certamente deve ser seu comparsa. A lógica paranoica funciona por evocação, inflando o poder dos conspiradores de forma a fazer factível qualquer mal que lhes é imputado.

Nas sociedades autoritárias, a conspiração é um instrumento central dos governos para eliminar qualquer oposição, que estaria a serviço do “inimigo”. Seja no fascismo, no nazismo ou nos regimes comunistas, a violência sistemática por meio do uso da máquina policial e repressiva tinha como função central identificar e destruir os “conspiradores”, em um processo constante de “purificação” da sociedade.

Nas sociedades democráticas, se tudo funcionasse de acordo com o ideal, as teorias e as visões conspiratórias seriam relegadas a um papel marginal. Mas, como sabemos, o ideal nunca se concretiza totalmente. Inclusive porque as ideologias e as práticas políticas, inclusive nas democracias, possuem uma predisposição ao maniqueísmo, ao simplificar a realidade social e transferir a responsabilidade dos problemas

aos opositores. Apesar de estes elementos estarem presentes, nessas sociedades eles ocupam um lugar secundário na medida em que prevalecem os valores democráticos e a necessidade de dar respostas práticas à cidadania.

Ainda assim, em vários momentos da história do século 20, como durante a Guerra Fria, o fantasma do comunismo foi utilizado para justificar perseguições de dissidentes (lembramos do Macartismo, que ainda reverberava em 1972, quando Charlie Chaplin, um humanista na época com 83 anos, foi autorizado a permanecer somente por dez dias nos Estados Unidos por “suspeitas de simpatias comunistas”), e golpes de estado contra governos eleitos democraticamente.

Na atualidade, como em outros momentos da história contemporânea, os supostos que asseguram o bom funcionamento do sistema democrático vêm sofrendo diversos panes. A democracia supõe que: a) os cidadãos encontram formas de organização, em particular partidos políticos, que funcionam como cadeia de transmissão de suas vontades e através dos quais eles se sentem empoderados e, assim, consegue-se contrabalançar as desigualdades de poder na sociedade; b) a alternância de poder se mostra como um mecanismo efetivo por meio do qual os cidadãos podem manter as expectativas de que um governo os representará; c) o jornalismo profissional possui uma ampla credibilidade e é a principal fonte de informação e de checagem dos governos.

Não cabe aqui detalhar por que as formas de participação política, os partidos políticos e o jornalismo profissional foram fragilizados.² O que nos interessa ressaltar, nos limites deste artigo, é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em **vítimas** e ao mesmo tempo os **empodera**.

2. Elaborei esses temas no livro *Em que tempos vivemos?*, disponível para acesso gratuito em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Identicidades_e_Crise_das_Democracias.pdf e em *Identicidades e Crise das Democracias*, disponível para acesso gratuito em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Identicidades_e_Crise_das_Democracias.pdf.

Os transforma em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional. Uma suposição que nem sempre é totalmente delirante, pois muitos eventos são de fato produto de uma ação intencional, ainda que da confluência de mais de um fator e da diversidade de atores sociais, e de consequências não intencionais da ação humana (como a crise climática).

Nas teorias conspiratórias, a complexidade da vida social é simplificada e reduzida à ação de uma única força externa maligna, da qual os meros mortais não teriam responsabilidade e similitude alguma (os corruptos são os políticos, como se a “vítima” fosse um exemplo de civismo, os imorais são as feministas como se a “vítima” fosse um exemplo de moralidade, os globalistas são as elites como se a “vítima” não partilhasse alegremente do mundo globalizado).

Os empodera, pois oferece às “vítimas” um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido. Os mais diversos sentimentos de frustração, raiva e ressentimento se transformam em ódio, que a teoria conspiratória transforma em uma sensação de superioridade moral, pois os que lutam contra a “conspiração” estariam do lado do “bem”, participando da cruzada contra o inimigo, a personificação do mal.

As teorias conspiratórias não atraem necessariamente pessoas com tendências paranoicas, mas certamente levam seus adeptos a funcionarem num registro paranoico. E a lógica paranoica é produtora de sentido: tudo o que acontece no mundo passa a adquirir inteligibilidade, e os fatos somente são relevantes, inclusive quando nem fatos são, se confirmam as crenças, inquestionáveis.

Do ponto de vista dos criadores de teoria conspiratórias, elas são estratégias para adquirir poder político, e no mundo da Internet, ganhos monetários. São projetos de poder que se apresentam como cruzadas moralistas, o que permite acumular apoios contra os bodes expiató-

rios, para realizar projetos políticos autoritários, nos quais o elemento central é a destruição dos “inimigos do povo”, de Deus ou da pátria.

O mal-estar com o pensamento científico

Como enfrentar o pensamento conspiratório? A resposta obviamente deve ser elaborada pelas forças e instituições democráticas, em particular os partidos políticos, que devem recuperar a capacidade de gerar esperança e confiança nos valores da democracia. O desafio do jornalismo profissional é igualmente enorme frente ao papel que hoje ocupam as redes sociais.

Me referirei aqui somente a um tema menos debatido: a perda de confiança na ciência e no pensamento científico, com consequências sobre o debate racional de ideias e, conseqüentemente, a vida democrática. Um dos fatores que alimenta o apoio às teorias conspiratórias é o uso indevido de argumentos pretensamente científicos para justificar políticas econômicas. Não que economistas não tenham o que contribuir ao debate público, certamente têm, e muito, mas quando apresentam propostas que afetam interesses de grupos sociais (como, por exemplo, o peso da carga fiscal e como ela vai ser distribuída entre os diferentes setores sociais), expressam escolhas éticas e não científicas. O que a ciência pode analisar são eventuais consequências das escolhas públicas, reconhecendo que prognósticos são sempre aproximativos.

O discurso tecnocrático, isto é, de pensamento político transvestido de ciência, prejudica a confiança na ciência. Recentemente tivemos um exemplo similar na pandemia, onde o espaço público foi ocupado por epidemiologistas. Aqui também tivemos excessos de arrogância (ou falta de humildade), onde o necessário labor educativo do saber médico muitas vezes extrapolou para uma exposição midiática excessiva, onde concorriam as mais diversas projeções do impacto da pan-

demia, ou para propor políticas que não levavam em considerações outros fatores e saberes (como os da psicologia, da sociologia ou da economia).

O campo científico é altamente especializado e, para o público geral, incluindo aqueles com formação específica em outros campos, aparece como distante e incompreensível. Na comunicação pública, os cientistas devem reconhecer o que sabem e o que não sabem, o que tem fundamento na ciência e o que são opiniões e escolhas valorativas. Desta forma não só se aproximariam do público, expondo suas humanas limitações, que são constitutivas do espírito científico, como, ao explicitar os componentes éticos de suas opiniões, participariam no espaço público de forma que o saber especializado se comunica com as preocupações e a compreensão de todos os cidadãos.

Conclusões

A capacidade de atração das teorias conspiratórias não se sustenta nas mentiras propagadas — ainda que elas estejam presentes —, mas na capacidade de usá-las para mobilizar tanto a razão como os sentimentos. A razão, pois produzem inteligibilidade em um mundo em que foi perdida a confiança nas instituições. Os sentimentos, pois dão vazão às frustrações e possibilitam aqueles que acreditam nelas a se sentir parte de uma comunidade de vítimas transformadas em justiceiros.

Até que o sistema político democrático consiga se recompor, recuperando a confiança da população, será muito difícil enfrentar o universo das teorias conspiratórias. Mas nem por isso as opções de intervenção social deixam de existir.

Em primeiro lugar, é fundamental fazer um esforço para mostrar aos cidadãos onde as teorias conspiratórias sempre desembocam: em

regimes autoritários, seja de direita ou de esquerda, que destroem as liberdades de todos ao serviço de uma camada que se beneficia do poder.

Em segundo lugar, as teorias da conspiração atraem porque simplificam os grandes problemas. As lideranças democráticas e os cientistas precisam dialogar permanentemente com a sociedade para tornar mais compreensíveis as questões sociais, econômicas e políticas, sem negar a complexidade dos desafios que temos pela frente.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>